

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016 DO COMHAB

Aos dezoito dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis, às oito horas, na sala de reuniões da Secretaria de Planejamento Urbano, situada na Rua Frederico Moura 1517, Cidade Nova, Franca, São Paulo, foi realizada a reunião ordinária do Conselho Municipal de Habitação. Senhora Aline Maia iniciou a reunião dando boas vindas aos presentes e solicitando à Senhora Eliana Giuberti a leitura da ata da reunião do mês de setembro. Justificaram suas ausências as Senhoras Rosa Maria Beraldo, Sheila Cristina Fava Ferreira, Valéria da Silva Barbosa Gimenes e o Senhor Gonçalo Pereira de Sousa. Senhora Aline questionou se os presentes aprovavam a ata da última reunião. Embora a ata tenha sido aprovada por todos, Senhora Maria de Lourdes Jacintho Pucci fez uma ressalva sobre a colocação de *containers* pela cidade para receber resíduos que, frequentemente, geram inúmeros problemas no seu entorno, uma vez que muitas pessoas ainda não tem educação para descartar resíduos adequadamente. Em concordância com a Senhora Maria de Lourdes, Senhor Álvaro da Silva lembrou a lixeira existente nas proximidades da Escola Adalgisa Gualtieri que recebe resíduos de moradores e estabelecimentos comerciais e mais parece um "lixão". Senhora Aline alegou que os *containers* seriam subterrâneos. Senhor Alexandre Sampaio ponderou que o fato de a lixeira ser subterrânea não contribui para coibir a sujeira no local e que talvez a higienização do próprio *container* se torne mais difícil. Senhora Angela Mendonça Peixoto alertou que a criação do Fundo Municipal de Habitação deu-se para resolver os casos de moradias precárias. Senhora Aline afirmou que os recursos poderiam vir do Fundo Municipal do Meio Ambiente e que o Promotor de Justiça do Meio Ambiente Doutor Fernando de Andrade Martins solicitou a relação de edifícios para exigir dos síndicos a construção de locais para colocar os resíduos à espera da coleta, uma vez que muitos desses edifícios colocam seus resíduos em canteiros centrais, terrenos e áreas públicas. Senhor Álvaro destacou a necessidade de um programa de Educação Ambiental. Senhor Luiz Antônio Cintra Filho observou que apenas a educação ambiental não basta para termos uma cidade limpa e que deveria haver fiscalização, advertências e autuações. Senhor Alexandre concordou, lembrando que em alguns países há punições para esse tipo de infração. Senhora Eliana comentou que, em palestras de educação ambiental, frequentemente, há a queixa do Poder Público não punir quem comete infrações e que, desta forma, a população que respeita a legislação fica prejudicada e exposta a vários riscos pelo descarte inadequado de resíduos. Dando sequência à pauta, Senhora Aline leu as diretrizes



CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

36 do Ministério das Cidades para a aplicação do Fundo Municipal de Habitação e
37 informou que a videoconferência sobre a aprovação de projetos *online* e sobre o
38 georeferenciamento foi adiada, por questões técnicas, para a terça-feira seguinte,
39 dia 25 de outubro. Senhora Aline destacou que ela, o Secretário de Planejamento
40 Urbano Nicola Rossano Costa e o Diretor da Fiscalização de Obras e Posturas
41 Senhor Marciel Montalvane Barbosa já haviam elaborado uma minuta da Lei e
42 alertou que, nesse sistema, o profissional responsável pelo projeto será também
43 responsável pela veracidade das informações declaradas. Senhor Alexandre
44 observou que por toda a área urbana há calçadas totalmente inadequadas à
45 acessibilidade e que esse problema poderia ser corrigido na aprovação do projeto.
46 Na percepção do Senhor José Crepaldi, algumas áreas são fiscalizadas com
47 severidade, enquanto outras áreas não são fiscalizadas e essa discrepância tem
48 causado transtornos para os proprietários dos imóveis que em alguns casos têm de
49 refazer a obra por falta de orientação do Fiscal de Obras e Posturas. Senhor José
50 sugeriu que a Prefeitura ofereça um incentivo para que os proprietários façam as
51 adequações das calçadas de residências mais antigas. Senhor Francisco Nunes
52 dos Santos comentou que, em algumas ruas, as águas de chuva empossam por
53 falta de uma rede de drenagem. Senhora Aline explicou que, realmente isso pode
54 ocorrer em loteamentos antigos, mas que nos novos loteamentos há um estudo
55 criterioso por parte da Secretaria de Planejamento Urbano para se exigir dos
56 loteadores um projeto de drenagem urbana. Senhora Maria de Lourdes orientou o
57 Senhor Francisco a abrir um processo com essa reclamação para que se tente
58 resolver o problema de drenagem. Senhora Aline asseverou que os profissionais
59 não podem alegar ignorância e que grande quantidade de projetos desobedece ao
60 Código de Edificações. Senhor Francisco alertou que algumas moradias de aluguel
61 não oferecem condições de moradia e suas calçadas não têm acessibilidade.
62 Segundo a Senhora Aline, a Prefeitura não pode interferir em casos particulares
63 quanto às condições internas de uma casa de aluguel, mas que isso pode ser
64 denunciado ao Ministério Público, mas que, no caso das calçadas, a
65 responsabilidade é da Prefeitura. Senhor Marcos Cason questionou se outras
66 cidades já têm esse sistema de aprovação *online* e afirmou que esse sistema parece
67 ser bastante vantajoso por economizar recursos humanos e materiais. Senhora Aline
68 respondeu que várias cidades já implantaram o sistema após a apresentação desta
69 proposta em um Fórum de Prefeitos. Senhora Aline encerrou a reunião às nove
70 horas e trinta minutos agradecendo a presença de todos. Nada mais havendo a



CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

71 tratar, eu, Eliana Lima Giuberti, lavrei a presente ata, onde assino com a presidente
72 Aline Manon Salomão Silva Maia, com a aprovação dos conselheiros presentes
73 conforme Lista de Presença assinada.

74 Eliana Jacintho de Lima Goulart Giuberti

75 Aline Manon Salomão Silva Maia

E. Giuberti

A. S. Maia